

APARECIDA GOIÂNIA-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS

AUXILIAR DE SECRETARIA



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**



EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✓ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✓ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✓ Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- ✓ Questões gabaritadas



Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br



Prefeitura de Aparecida de Goiânia - GO

Auxiliar de Secretaria

LÍNGUA PORTUGUESA

Características e funcionalidades de gêneros textuais variados; Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva	1
Compreensão e interpretação de textos	8
Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica.....	13
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	14
Mecanismos de coesão e coerência	25
Tipos de argumento.....	30
Classificação gramatical.....	32
Gramática normativa	44
Processo de formação de palavras.....	45
Fenômenos gramaticais básicos.....	51
Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração...	53
Concordância	58
Regência verbal e nominal.....	64
Pontuação	67
Acentuação.....	71
Ortografia oficial	74
QUESTÕES.....	81
GABARITO	88

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico, dedução, estruturas lógicas, argumentação, análise de proposições verdadeiras e falsas e diagramas lógicos; lógica proposicional: proposições, conectivos lógicos, tabelas-verdade, equivalências lógicas simples e negação de proposições.....	1
Sequências e padrões: sequências lógicas e numéricas, progressões aritméticas simples e identificação de padrões lógicos e numéricos.....	27
Proporcionalidade e relações entre grandezas diretamente e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta.....	30
Porcentagem: aumentos, descontos e variações percentuais.....	34
Matemática financeira básica: juros simples, cálculo de capital, taxa, tempo e montante.....	36



Análise de dados: leitura e interpretação de tabelas, gráficos (barras, colunas e setores) e média aritmética simples	38
Questões	43
Gabarito	48

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos	1
Emergências de saúde, surtos e epidemias.....	6
Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas ambientais	10
Arte, cultura e patrimônio na região centro-oeste brasileira.....	14
Formação histórico-territorial de goiás e aparecida de goiânia/go.....	19
Política, economia e sociedade em goiás: da colônia à república	23
Modernização da agricultura e urbanização do território de goiás.....	27
Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.....	32
Natureza, cultura e turismo em goiás.....	36
Aspectos histórico-geográficos de aparecida de goiânia/go	40
Questões	45
Gabarito.....	53

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Ética no serviço público e sigilo das informações escolares.....	1
Ética no serviço público e sigilo das informações institucionais.....	1
Constituição Federal de 1988: Arts. nº 205 a 214	6
Princípios, níveis e modalidades de ensino conforme diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996).....	11
Direito à educação, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente	44
Atendimento em escolas (pais, alunos e comunidade).....	45
Noções de apoio administrativo e técnico em secretaria escolar do município; fundamentos das rotinas de secretaria; organização e funcionamento de expedientes administrativos; organização de reuniões e conselhos de classe.....	50
Protocolo e tramitação de documentos e arquivologia: organização e conservação de documentos	55
Documentos escolares: histórico escolar, declarações, certificados e atas, diário de classe e registros acadêmicos	64
Lei de Acesso à Informação conforme Lei nº 12.527/2011	68
Lei Geral de Proteção de Dados conforme Lei nº 13.709/2018 aplicadas à rotina de secretaria e atendimento	81



Noções de redação oficial (Manual de Redação da Presidência da República, 3ª Edição – 2018).....	104
Manual de Redação do Governo do Estado de Goiás, 2026).....	124
Uso de ferramentas de informática na rotina administrativa	125
Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia-GO (Seção Única do Título VIII - Dos Servidores Públicos e Seção III do Capítulo I do Título VII - Da Educação)	128
QUESTÕES.....	136
GABARITO	142



A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

TIPOS TEXTUAIS

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

► Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Ex.: contos, romances, crônicas, anedotas.

► Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Ex.: retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

► Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Ex.: redações argumentativas, ensaios, editoriais.



RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO RACIOCÍNIO LÓGICO, DEDUÇÃO, ESTRUTURAS LÓGICAS, ARGUMENTAÇÃO, ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES VERDADEIRAS E FALSAS E DIAGRAMAS LÓGICOS; LÓGICA PROPOSICIONAL: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS LÓGICOS, TABELAS-VERDADE, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS SIMPLES E NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção ($p \wedge q$) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$p \Leftrightarrow q$	$p \vee q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F



FUNDAMENTOS DOS CONFLITOS SOCIAIS E DA POBREZA

► Conflito social como categoria analítica

Um conflito social surge sempre que grupos distintos disputam acesso a recursos escassos, reconhecimento simbólico ou posições de poder dentro de uma estrutura compartilhada. Diferentemente de uma simples divergência de opinião, o conflito social pressupõe a existência de interesses materiais ou simbólicos contrapostos, sustentados por grupos organizados ou minimamente identificáveis enquanto coletividade. A disputa pela terra, a tensão entre populações urbanas e o poder público em torno de remoções, os embates por moradia digna e os confrontos entre trabalhadores informais e órgãos de fiscalização municipal são exemplos de situações em que a oposição de interesses se manifesta de forma concreta e recorrente no espaço urbano e rural brasileiro.

Tipologia dos conflitos

Os conflitos sociais podem ser classificados segundo diferentes critérios. Quanto à natureza do objeto disputado, distinguem-se conflitos distributivos, centrados na partilha de bens materiais como renda, terra ou moradia, e conflitos de reconhecimento, voltados à afirmação de identidades culturais, étnicas ou de gênero historicamente desvalorizadas. Quanto à escala, há conflitos localizados, restritos a um bairro ou comunidade específica, e conflitos estruturais, que atravessam regiões inteiras e refletem desigualdades herdadas de processos históricos de ocupação territorial. Quanto à forma de expressão, alguns conflitos permanecem latentes, sem manifestação pública organizada, enquanto outros se tornam manifestos por meio de mobilizações, ocupações ou demandas judiciais.

► Pobreza: conceitos e formas de mensuração

A pobreza não se reduz à ausência de renda monetária suficiente, embora essa dimensão continue central para boa parte das políticas públicas. A abordagem da pobreza absoluta define uma linha mínima de renda ou de consumo abaixo da qual uma pessoa é considerada incapaz de satisfazer necessidades básicas de alimentação, moradia e vestuário. Já a pobreza relativa compara a situação de um indivíduo ou família à distribuição de renda da sociedade em que vive, considerando pobre quem se encontra significativamente abaixo da média ou da mediana de bem-estar do seu entorno social. Uma terceira abordagem, consolidada nas últimas décadas, é a da pobreza multidimensional, que reconhece que privações em saúde, educação, saneamento básico e acesso a serviços públicos podem coexistir ou não com a insuficiência de renda, exigindo instrumentos de medição mais amplos do que o simples cálculo de rendimentos.

Vulnerabilidade social e exclusão

A vulnerabilidade social descreve a exposição de indivíduos e famílias a riscos que comprometem sua capacidade de sustentar condições mínimas de vida, mesmo quando não se encontram, em determinado momento, abaixo da linha de pobreza. Fatores como instabilidade no emprego, ausência de proteção previdenciária, moradia em áreas de risco geológico ou hidrológico e fragilidade de vínculos familiares e comunitários ampliam essa condição. A exclusão social, por sua vez, refere-se ao afastamento progressivo de grupos inteiros do acesso a direitos, serviços e espaços de participação política, configurando um processo cumulativo que tende a se reproduzir entre gerações quando não é interrompido por políticas públicas consistentes.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as diferenças entre as principais abordagens conceituais de pobreza, apresentando o critério central de cada uma e sua aplicação prática mais comum nas políticas de proteção social.



FUNDAMENTOS DA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

► Ética e moral no exercício da função pública

Distinções conceituais entre ética e moral

A moral corresponde ao conjunto de valores, hábitos e convicções que um indivíduo internaliza ao longo da vida, formado por influências familiares, religiosas, culturais e sociais. Trata-se de um repertório pessoal, variável de pessoa para pessoa, que orienta escolhas na esfera privada sem exigir uma justificativa racional sistematizada. A ética, por sua vez, constitui uma reflexão estruturada e argumentativa sobre a conduta correta, aplicada de maneira específica ao desempenho de uma função ou profissão. No âmbito do serviço público, essa diferença ganha relevância prática: o agente não está autorizado a pautar suas decisões exclusivamente por convicções morais pessoais, por mais legítimas que sejam no plano privado, pois sua atuação deve obedecer a parâmetros éticos objetivos, aplicáveis de modo uniforme a todos os cidadãos atendidos. Assim, a ética funciona como um código comum que neutraliza a variabilidade das morais individuais dos próprios agentes, garantindo que o tratamento dispensado à população não dependa de preferências ou crenças pessoais de quem ocupa o cargo, mas de critérios impessoais e previsíveis, reconhecíveis por qualquer cidadão que recorra ao serviço.

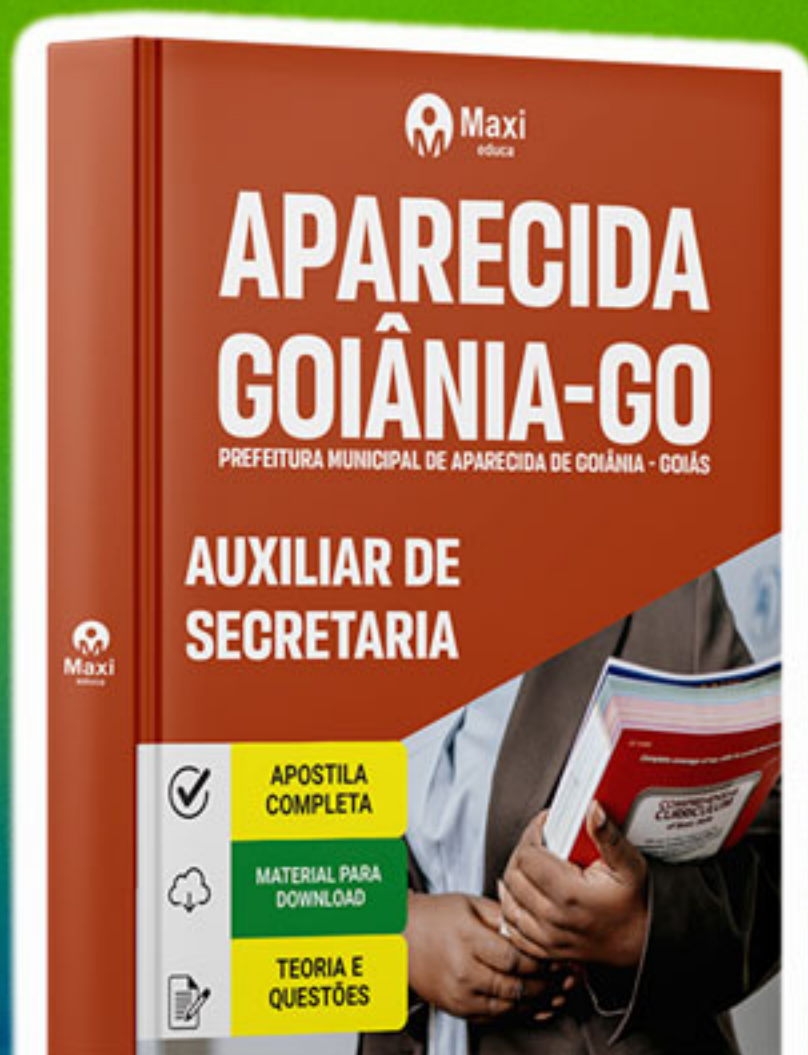
A ética como fundamento de legitimidade da atuação institucional

A legitimidade de uma instituição pública não decorre apenas da observância formal da lei, mas também da confiança que a população deposita em sua atuação cotidiana. Um agente pode cumprir rigorosamente os limites legais de sua competência e, ainda assim, comprometer a legitimidade da instituição ao agir de modo indiferente, arbitrário ou desrespeitoso. Por isso, a dimensão ética complementa a dimensão legal, preenchendo espaços que a norma escrita não consegue antecipar com exatidão: a lei estabelece o que é permitido e o que é proibido em termos gerais, enquanto a ética orienta a maneira como essas margens de decisão devem ser exercidas na prática concreta. Em instituições educacionais municipais, essa complementaridade é especialmente sensível, pois o agente lida diretamente com famílias, crianças e adolescentes em situações que exigem discernimento, paciência e sensibilidade, elementos que nenhuma norma consegue detalhar exaustivamente. A reputação de uma escola e da rede municipal como um todo depende, em grande medida, da forma ética como cada servidor conduz suas atribuições diárias.

► Princípios constitucionais da administração pública e sua dimensão ética

Legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa

O princípio da legalidade determina que o agente público só pode agir dentro dos limites expressamente autorizados pela norma, invertendo a lógica aplicável aos particulares, para quem tudo que não é proibido é permitido. Essa vinculação estrita busca evitar o exercício arbitrário do poder e submete toda a atuação institucional a parâmetros previamente definidos. O princípio da impessoalidade, por sua vez, exige que o agente trate todos os administrados de forma equânime, sem privilegiar ou prejudicar alguém por razões pessoais, políticas ou afetivas, e também impõe que os atos praticados sejam imputados à instituição, e não à pessoa física que os pratica. Já a moralidade administrativa transcende a mera legalidade formal, exigindo que a conduta do agente seja proba, honesta e compatível com os padrões éticos esperados de quem exerce função pública, de modo que um ato pode ser formalmente legal e, ainda assim, configurar violação à moralidade se revelar desonestidade, deslealdade ou desvio de finalidade.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!